



REVISTA DA ANINTER-SH
Volume 1, 2024 – Artigo: 19
ISSN: 2965-954X
Received: 22/09/2024
Accepted: 16/12/2024

D.O.I. <http://dx.doi.org/10.69817/2965-954X/v1a19>

GÊNERO, CLASSE E RAÇA NO TRABALHO DO CUIDADO NO BRASIL: UM EXERCÍCIO TEÓRICO-ANALÍTICO

GENDER, CLASS, AND RACE IN CARE WORK IN BRAZIL: A THEORETICAL-ANALYTICAL EXERCISE

Juliana Anacleto dos Santos

Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMG
Professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del Rei
E-mail: juliana.anacleto@ufsj.edu.br

Duane Naruza Dias Silva

Graduanda em História pela Universidade Federal de São João del Rei
E-mail: duane.nards@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda o trabalho do cuidado no Brasil a partir de uma análise interseccional, conectando as dimensões de gênero, classe e raça. Através de uma abordagem teórica que se fundamenta em conceitos de autores como Crenshaw, Hirata e Kergoat, o estudo evidencia como o trabalho de cuidado é uma expressão das desigualdades estruturais na sociedade, com destaque para o papel histórico das mulheres, particularmente as negras e de classes populares, na execução dessas tarefas. A divisão sexual do trabalho, que naturaliza as responsabilidades de cuidado para as mulheres, é analisada como um pilar da organização social e econômica, onde as tarefas reprodutivas são desvalorizadas, apesar de essenciais para a reprodução social. Os dados da PNAD Contínua 2019 reforçam essas desigualdades, demonstrando a disparidade de tempo dedicado aos cuidados e afazeres domésticos entre homens e mulheres, bem como a sobrecarga das mulheres negras, que estão desproporcionalmente representadas nessas atividades. A análise propõe, ainda, caminhos para futuras pesquisas, como a valorização do trabalho de cuidado e a implementação de políticas públicas que reconheçam sua importância. O estudo conclui que a interseccionalidade é uma ferramenta fundamental para compreender a complexidade dessas desigualdades e a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e transformadora.

Palavras-chave: trabalho do cuidado; interseccionalidade; gênero; classe; raça.

Abstract

This article addresses the caregiving work in Brazil from an intersectional analysis, connecting the dimensions of gender, class, and race. Through a theoretical approach based on the concepts of authors such as Crenshaw, Hirata, and Kergoat, the study demonstrates how caregiving work reflects and reproduces structural inequalities in society, with an emphasis on the historical role of women, particularly Black women and those from lower social classes, in performing these tasks. The sexual division of labor, which naturalizes caregiving responsibilities for women, is analyzed as a pillar of social and economic organization, where

reproductive tasks are undervalued despite being essential for social reproduction. Data from the PNAD Contínua 2019 further reinforces these inequalities, showing the disparity in time spent on caregiving and household chores between men and women, as well as the overburdening of Black women, who are disproportionately represented in these activities. The analysis also suggests future research avenues, such as the valorization of caregiving work and the implementation of public policies that recognize its importance. The study concludes that intersectionality is a key tool for understanding the complexity of these inequalities and the need for a more inclusive and transformative approach.

Keywords: care work; intersectionality; gender; class; race.

INTRODUÇÃO

O trabalho do cuidado, essencial para a manutenção da vida e reprodução social, é um campo no qual desigualdades de gênero, classe e raça se entrelaçam de forma particularmente marcante. Este artigo parte de uma análise teórica interseccional dessas categorias para demonstrar como o cuidado reflete e reproduz essas desigualdades, aprofundando as discussões através da articulação de dados empíricos do contexto brasileiro.

No âmbito conceitual, a interseccionalidade surge como uma abordagem indispensável para compreender a interação dinâmica entre gênero, classe e raça. Os estudos de gênero destacam a divisão sexual do trabalho, na qual o cuidado é historicamente atribuído às mulheres, reforçando papéis sociais que naturalizam a desigualdade (Butler, 2003; Nicholson, 2000). Já a análise de classe, desde as análises marxistas até as weberianas, revela como essa atribuição está profundamente ligada à posição socioeconômica, limitando o acesso de mulheres de baixa renda a recursos e oportunidades. No Brasil, essa dinâmica se entrelaça com a questão racial: mulheres negras estão desproporcionalmente representadas em ocupações de cuidado precário, evidenciando como as estruturas de opressão se reproduzem no cruzamento dessas categorias (Carneiro, 2023; Hasenbalg, 2005).

A análise das interseccionalidades de gênero, classe e raça permite identificar as bases estruturais das desigualdades no trabalho do cuidado, tanto na esfera doméstica quanto na pública. Essa forma de trabalho, historicamente invisibilizada, opera em um espaço de confluência entre o "natural" e o "necessário". Atribuído como responsabilidade "inata" às mulheres, especialmente às mulheres negras de baixa renda, o cuidado reflete não apenas a divisão sexual do trabalho, mas também as hierarquias de classe e raça que determinam quem cuida e em quais condições.

Além disso, o trabalho do cuidado ultrapassa o espaço doméstico, configurando-se como um eixo central nas economias formais e informais. No entanto, mesmo quando remunerado, ele frequentemente é desvalorizado, precarizado e negligenciado nas políticas

públicas. A pandemia de COVID-19 escancarou essa realidade, evidenciando a dependência social do cuidado e a vulnerabilidade estrutural das trabalhadoras que o executam.

Essa transição teórica para o trabalho do cuidado estabelece o terreno para o exercício teórico analítico que segue. Serão explorados dados que revelam a distribuição do trabalho do cuidado entre diferentes grupos sociais, os impactos da desigualdade nesse campo e os desafios para políticas públicas que promovam justiça social. Assim, o artigo propõe uma leitura que conecta as dimensões teóricas às evidências empíricas, buscando contribuir para a compreensão e transformação das desigualdades estruturais no Brasil.

A Intersecção entre Classe, Gênero e Raça: Um Exercício Teórico para a Análise do Cuidado

Ao longo dos estudos de bibliografias examinadas em torno de classe, nota-se uma variedade e complexidade na construção do que a define. Em busca de compreender a importância da definição e divisão das classes e o debate sobre a classe intermediária, o uso de autores que discorrem sobre o assunto se faz necessário, pois de fato as contribuições dos estudos de classe para entender as influências nas estruturas sociais e suas múltiplas nuances carecem ser analisadas, pois contribuem para uma busca de entendimento melhor sobre o tema.

Ao longo dos estudos sobre classe social, destaca-se um amplo debate na construção do que define as classes e suas interações. Como um exercício teórico analítico, julgamos ser interessante a interpretação de diferentes autores que abordam o tema, o que contribui na compreensão das estruturas sociais e suas múltiplas nuances. Esses debates não apenas ajudam a estabelecer uma mínima base teórica, mas também contribuem para a análise das dinâmicas sociais contemporâneas e os fatores que as moldam.

Com efeito, Weber (1966) argumenta que as ordens sociais são fortemente condicionadas pela ordem econômica, que organiza o manuseio e a transmissão de bens e serviços. Ele define classe como grupos de pessoas que compartilham uma situação comum no mercado, seja pelo trabalho ou pelo acesso à propriedade. Para Weber (1966), as classes distinguem-se pela ordem econômica, enquanto os grupos de status se referem à ordem social e os partidos à dimensão do poder político. Essa perspectiva oferece uma visão multifacetada sobre como as desigualdades se articulam no tecido social.

Já para a teoria marxista, o conflito social e a dinâmica histórica da mudança social são centrais para a compreensão das classes. Marx define a exploração como um elemento-chave nas relações entre as classes, sendo estas opostas e em constante tensão.

A exploração, segundo ele, é fundamental para a organização do sistema de produção, estruturando relações sociais que consolidam opressões e desigualdades (Miguel, 1983; Wright, 1983).

O estudo de Miguel (1983) cujo título já nos estiga de início, *De que falam os marxistas quando falam em classes?*, desempenha um papel importante na compreensão dos debates entre alguns dos principais autores marxistas, como Poulantzas, Wright, Przeworski e Thompson, ampliando essa concepção ao considerar as classes como fenômenos que não apenas derivam da economia, mas também se formam e se reconfiguram por meio de práticas sociais e históricas. Poulantzas (1975, apud Miguel, 1983) argumenta que as classes são constituídas por sua posição na divisão social do trabalho, não existindo de maneira isolada ou abstrata, mas sempre relacionadas a contextos políticos e ideológicos. Wright (1981, apud Miguel, 1983) por sua vez, enfatiza que a exploração e a dependência entre classes são elementos estruturantes que moldam as relações de poder. Já Thompson (1978, apud Miguel, 1983) propõe uma visão histórica, analisando a classe como algo que emerge das lutas sociais, e não apenas das estruturas econômicas. Essas perspectivas reforçam que a classe não pode ser reduzida a uma dimensão única, mas deve ser compreendida em sua multiplicidade de interações (Miguel, 1983).

A nova discussão marxista surge para preencher lacunas deixadas pelas análises anteriores, buscando desenvolver uma visão mais articulada sobre as classes médias. Essa classe, muitas vezes associada a funções administrativas, intelectuais ou gerenciais, reflete dinâmicas sociais que não se encaixam plenamente nos polos tradicionais de proletariado e burguesia. Segundo Poulantzas (1975, apud Miguel, 1983), as classes médias se formam por sua posição na divisão social do trabalho e pelas suas relações políticas e ideológicas, não sendo um grupo homogêneo ou estático. Wright (1981, apud Miguel, 1983) e Przeworski (1989, apud Miguel, 1983) complementam essas análises ao enfatizarem que a formação dessas classes se dá em função das práticas e dinâmicas sociais, muitas vezes em resposta a conflitos e lutas.

Além disso, Thompson (1978, apud Miguel, 1983) e Przeworski (1989, apud Miguel, 1983) destacam a dimensão subjetiva das classes, sugerindo que a consciência de classe e as experiências vividas são elementos cruciais na formação das identidades de classe. Thompson (1978, apud Miguel, 1983) argumenta que as classes não devem ser vistas como estruturas fixas, mas como processos históricos em constante transformação. Para Przeworski (1989, apud Miguel, 1983), as dinâmicas sociais e as lutas coletivas moldam as configurações das classes, destacando que estas são tanto agentes quanto produtos das

mudanças sociais (Miguel, 1983).

Entretanto, essas análises de classe, por si só, não são suficientes para captar a complexidade das estruturas sociais. É crucial considerar como gênero interage com essas dinâmicas, moldando a inserção de indivíduos nas relações de produção e reprodução social. Por exemplo, o trabalho do cuidado, amplamente atribuído às mulheres, revela como as divisões de gênero atravessam e redefinem as noções de classe, enquanto a dimensão racial aprofunda ainda mais essas interseções. Assim, o conceito de consubstancialidade torna-se essencial para integrar gênero, classe e raça em uma análise mais abrangente, reconhecendo que essas categorias coabitam e se moldam mutuamente. Fica para nós assim evidente, que não há como definir as estruturas sociais e as classes intermediárias de forma concisa. Mas sim entender um pouco sobre a complexidade do tema, tendo em vista que são necessários mais fatores para uma conclusão mais sólida, sendo elas raça e gênero que serão analisadas a frente.

A interação entre gênero e classe desempenha um papel crucial na formação das identidades sociais, moldando profundamente as experiências e oportunidades dos indivíduos em diferentes contextos. A classe social define o acesso a recursos fundamentais, como educação e serviços de saúde, que são essenciais para o desenvolvimento e a estabilidade social. Estudos indicam que pessoas de classes mais baixas frequentemente enfrentam limitações significativas nessas áreas, o que pode impactar negativamente suas trajetórias e a construção de suas identidades (Bourdieu, 1986; Wilkinson & Pickett, 2009).

Além disso, o gênero estabelece papéis e expectativas sociais que influenciam como os indivíduos são percebidos e como se percebem. As normas de gênero ditam comportamentos e responsabilidades que muitas vezes se sobrepõem às dinâmicas de classe. Por exemplo, mulheres de classes baixas podem ter que equilibrar responsabilidades domésticas com empregos mal remunerados, o que afeta suas identidades e oportunidades de vida de maneira distinta. Homens de classes baixas, por sua vez, podem enfrentar expectativas rígidas de masculinidade que são difíceis de alcançar devido às limitações econômicas (Connell, 2005).

Essa interseção entre gênero e classe resulta em experiências variadas de desigualdade e poder, criando um panorama complexo onde a identidade é formada através da confluência desses fatores. Compreender como gênero e classe interagem é crucial para analisar as desigualdades sociais e desenvolver políticas que abordem as múltiplas dimensões da identidade e da exclusão. Dito isto, entender as definições de gênero é importante para construção da ideia da intersecção aqui citada.

No trabalho de Linda Nicholson (2000), chamado Interpretando gênero, há uma crítica sobre a construção da ideia de gênero ligada à realidade biológica. A divergência do funcionalismo biológico e o essencialismo biológico sob uma perspectiva crítica, que tanto um quanto outro detém da premissa do reducionismo biológico, onde as diferenças de gênero têm uma biologia fatual que acaba sendo responsável pelas desigualdades de gênero ao mesmo tempo que as naturaliza. Durante muito tempo, e até hoje no campo da exatidão, temos o dualismo afirmado como algo crucial, que traz o binarismo em vários campos da existência, para as questões de gênero temos o homem e a mulher, e uma busca da definição do que é ser mulher. Assim, o corpo é um componente variável entre várias outras diversificações que compõem a construção do que é ser uma mulher, indo contra a afirmação de que o corpo pode ser algo que esteja diretamente ligado à identidade do indivíduo. Deste modo, para Nicholson (2000) as construções sociais e a cultura são componentes que atravessam a construção de um indivíduo, e que para ter uma definição de mulher é necessário entender as adversidades que compõem a identidade de gênero, buscando igualdade e inclusão entre elas.

Marlise Matos (2008) em Teoria de gênero e teorias e gênero, trata da construção da teoria de gênero, onde o estudo sobre as mulheres foi um passo importante para contrapor a ciência objetiva dentro do campo da ciência humana. É de suma importância entender os estudos mais aprofundados nas questões de gênero e a disseminação dos estudos nas décadas de 1970 e 1980, compreendendo a diferença entre sexo e gênero. Há uma crítica elucidada no texto da autora, sobre o binarismo, e, contudo, sobre a primeira e segunda onda do feminismo que foram cruciais para a maior visibilidade dos estudos de gênero divergentes dos estudos somente das mulheres. Compreende-se que há uma diversidade dentro da definição de gênero e que dentro desse movimento branco e ocidental, que buscava igualdade entre os gêneros binários, encontrados na primeira onda, excluía grande parte das mulheres que não se encaixam nesse padrão. Já na segunda onda, havia mais a ideia da diversidade, a valorização do diferencialismo identitário e das diferenças entre as mulheres, ou seja, sendo mais inclusivo e nichado. O capital incorporado é constituído pela cultura, escolaridade e economia, isto é, componentes importantes para entender o estudo de gênero, além dos termos da epistemologia multicultural, bastante pontuados de forma crítica nessa teoria. Em resumo, Matos (2008) critica a visão de teoria de gênero como algo dual, biológico e natural. Defende que a construção social e cultural são tópicos indispensáveis para o estudo de gênero, reconhecendo uma perspectiva diferente da tradicional, que inclui outros pontos além da biologia para seu pleno entendimento.

Já a Judith Butler (2003), traz uma concepção da construção social do gênero, questionando através de inúmeras perguntas no texto, Sujeito de sexo\gênero\desejo, reflete a construção do gênero, do sexo e do desejo de maneira filosófica. A definição de mulher é conceituada por ela como algo diversificado, podendo conter aspectos comuns e incomuns, dessa forma sendo vista acima de tudo como indivíduo. Vale lembrar que o contexto social é de extrema valia para construção desse sujeito. O tópico inicial para categorizar a mulher foi a biologia, onde Butler (2003) afirma, que uma só definição do que é mulher não possa ser suficiente em todos os contextos históricos, para todas as culturas e para todas as sociedades, portanto entendendo que há uma teia de encontros e desencontros entres elas, ela critica a construção de um pensamento em torno do que é ser mulher, voltado para algo feminino que muitas vezes é esperado no campo da representação e da política. Traz pontos sobre o poder jurídico e a instituição do poder, indagando a existência do patriarcado universal como fonte primária para as questões de desigualdades contra mulheres, de forma que sugere não haver a existência do mesmo em todos os âmbitos e em todos os tempos, devido a falta de definição do que é ser mulher. Algo bastante debatido, devido ser uma base teórica que quando colocada em provas estatísticas, não se revela tão certa. Em relação ao sexo, é contra o conceito de dois sexos, alegando que pode existir bem mais que dois, discutindo se o mesmo é dado ou constituído. Butler (2003) defende que existem pontos em comum entre o sexo e gênero, sendo ambos uma construção e que mesmo existindo uma expectativa de corpo, o sexo também pode ser visto dessa maneira, ou seja, que toda essa concepção vem de algum lugar muito distante e que incentivou todos a acreditar que deveria ser dessa maneira. O poder e o desejo, advêm de representações normativas no âmbito do poder e social, que são estritamente quadradas e limitantes para entender a complexidade das alterações sexuais e do desejo. Por fim, a autora coloca um ponto de vista novo, diferente e interessante, para a compreensão das diversidades fora dos padrões tradicionais.

Em suma, a conversa entre Linda Nicholson (2000), Marlise Matos (2008) e Judith Butler (2003) levanta inúmeras questões que contribuem para um melhor entendimento sobre a importância do estudo e dos questionamentos em torno do gênero, trazendo alguns pontos em comum, como a crítica do binarismo, a importância de entender e contextualizar o gênero não apenas pela biologia, e compreensão de que as diversidades da cultura, ambiente, vivência e relações sociais são meios que atravessam a construção de gênero. Assim importantes de serem analisadas nas suas especificidades, para mais inclusão, igualdade e políticas que ajudem a todas as diversidades dos indivíduos.

Mas ainda nos cabe a reflexão sobre raça, sob pena de não compreendermos de

fato a natureza das desigualdades fundamentadas no trabalho do cuidado. Iniciamos com *Estrutura de Classes, Estratificação e Raça*, de Carlos Hasenbalg (2005), e seu destaque sobre a relevância de considerar a interseção entre raça e classe na análise da estratificação social. A desigualdade racial e econômica é correlativa e deve ser abordada de forma conjunta para promover uma compreensão mais completa e eficaz das desigualdades sociais. Nesse sentido se soma Silvio Almeida ao afirmar que o racismo advém de “um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas”. (Almeida, 2019). Já Antônio Sérgio Guimarães (2008), elucida a conceitualização de raça, afirmando que não há uma consistência, portanto, sendo uma construção social. As dinâmicas sociais e a construção das identidades são influenciadas diretamente por essa construção social. No texto *Raça, cor e outros conceitos analíticos*, o autor critica o essencialismo, que reconhece a raça como algo natural, concreto e biológico, mostrando que a outras variáveis complexas a serem tratadas.

Santos (2023) também nos ajuda em *Interações entre Origem de Classe e Raça na Transmissão das Desigualdades no Brasil*, investigando como a intersecção entre classe social e raça influencia a continuidade das desigualdades sociais, e examinando como esses fatores interagem para perpetuar as desvantagens ao longo das gerações. Santos (2023) leva em conta as particularidades do cenário no país, destacando a necessidade de políticas públicas que integrem essa compreensão complexa para abordar e mitigar as desigualdades de maneira mais eficiente. Nesse mesmo curso, Sueli Carneiro (2023) em *Dispositivo de racialidade*, evidencia o dispositivo sendo algo que não precisa ser dito, que está de certa forma camuflado, mas que todos sabem o que é. Apontando que a formulação epistemológica é importante para compreensão das desigualdades entre os indivíduos, que são formuladas através de mecanismos que assegurem elas ao decorrer da história. Onde dentro da concepção dual de certo e errado, existe o preto e o branco e a criação do qual é bom e o qual é ruim, assim contribuindo para marginalização e exclusão de grupos racializados. Carneiro (2023) afirma que é um jogo em disputa, em que, alguém vai ganhar e consecutivamente alguém vai perder, dependendo de como operam os elementos dentro do dispositivo. Sendo assim, a importância em entender o funcionamento dessas estruturas que certamente institui de poder, para algo novo que busca justiça social, igualdade e mudança.

Em adição a análise das interações entre classe, raça e gênero, Avtar Brah (2006) em *Diferença, Diversidade, Diferenciação*, destaca a complexidade da diferenciação social e como essas dimensões se entrelaçam na formação das identidades sociais. Brah (2006)

argumenta que a experiência de desigualdade é moldada pela interação dinâmica entre essas categorias. Essa abordagem é complementada pelo estudo de Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (Biroli & Miguel, 2015) em *Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades*, que explora como as opressões cruzadas entre gênero, raça e classe se convergem para perpetuar desigualdades sociais estruturais. Por outro lado, Ina Kerner (2012), em *Tudo é interseccional?*, questiona a aplicabilidade universal do conceito de interseccionalidade, argumentando que nem todas as formas de opressão se cruzam de maneira uniforme e que a análise deve considerar contextos específicos e particularidades. Juntas, essas obras oferecem uma visão abrangente e crítica das interações entre classe, raça e gênero, destacando a necessidade de uma análise multifacetada e contextualizada das desigualdades sociais, entendendo tanto a visão interseccional que visa um atravessamento, onde há partes que se cruzam entre classe, raça e gênero, quanto o pensamento da consubstancialidade que entende que classe, raça e gênero coabitam uns aos outros, existindo e movendo ao mesmo tempo.

Em conclusão a toda análise feita sobre a definição de classe, raça e gênero, fica evidente que para o entendimento, não há como se basear somente em uma só teoria, pois para a construção de cada uma delas, a uma base advinda de várias subdivisões e definições vistas pelos autores que os compõem, e que devem ser debatidas em seus contextos com a finalidade de alcançar uma definição mais clara de raça, classe e gênero. Além disto, a interseccionalidade se mostra uma ferramenta de apoio, para melhor entendimento desses tópicos, pois, segundo Crenshaw:

A interseccionalidade é uma *conceituação* do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p.177).

A interseccionalidade, como destacado por Crenshaw (2002), oferece uma lente poderosa para compreender as dinâmicas estruturais e as consequências das interações entre múltiplos eixos de subordinação, como racismo, patriarcalismo e opressão de classe. Essa abordagem permite reconhecer como gênero, raça e classe se entrelaçam para moldar desigualdades que posicionam indivíduos e grupos de forma hierárquica na sociedade. No contexto brasileiro, essas interações se manifestam de maneira aguda no espaço do trabalho doméstico e do trabalho do cuidado, onde mulheres, em sua maioria negras e de classes populares, encontram-se desproporcionalmente representadas em ocupações precarizadas e invisibilizadas. Com base nessa perspectiva teórica, a próxima discussão explorará como o trabalho do cuidado, frequentemente atribuído ao espaço

doméstico e às responsabilidades femininas, reflete e reproduz essas desigualdades, ao mesmo tempo em que sustenta as bases econômicas e sociais da sociedade.

O trabalho do cuidado como base estrutural da divisão sexual do trabalho

O trabalho do cuidado ocupa uma posição central na divisão sexual do trabalho, sendo historicamente associado às mulheres e naturalizado como uma extensão de suas responsabilidades "inatas". Essa divisão, que diferencia tarefas e atribuições com base no gênero, posiciona o cuidado como uma atividade de baixa visibilidade e valorização social, mesmo sendo essencial para a reprodução da vida e o funcionamento das estruturas econômicas. Desde a esfera doméstica até as ocupações remuneradas, o cuidado reflete não apenas a desigualdade de gênero, mas também como essa desigualdade é reforçada por dinâmicas de classe e raça. Mulheres negras e de baixa renda, por exemplo, frequentemente ocupam os postos mais precarizados no setor de cuidado, destacando como a divisão sexual do trabalho perpetua hierarquias sociais mais amplas. Entender o cuidado como um componente estruturante dessa divisão é, portanto, fundamental para desconstruir as bases das desigualdades de gênero e para reivindicar o reconhecimento e a redistribuição desse trabalho na sociedade.

A partir do trabalho de Hirata e Kergoat (2008), é possível refletir sobre como se desenvolveu a análise do conceito de divisão sexual do trabalho. Apesar de ter havido investigações precursoras sobre a divisão sexual do trabalho em várias nações, foi na França, durante o início da década de 1970, que se originou um impulso significativo de estudos, amplamente fundamentados pelo movimento feminista. Esse contexto deu origem a uma corrente de pesquisas que, em pouco tempo, estabeleceria os alicerces teóricos fundamentais para a compreensão desse conceito. Inicialmente, esses estudos emergiram no campo da etnologia, posteriormente expandindo-se para as áreas da sociologia e da história.

O movimento das mulheres ganhou ímpeto com a conscientização de uma opressão peculiarmente direcionada às mulheres. Tornou-se coletivamente evidente que uma substancial parcela de trabalho estava sendo realizada de forma não remunerada pelas mulheres. Esse trabalho permanecia invisível aos olhos da sociedade, uma vez que era executado não em benefício próprio, mas em prol de outros, frequentemente em nome da natureza do amor e das responsabilidades maternas. Essa constatação evidenciou que grande parte do trabalho doméstico e do cuidado estava incluída nessa parcela invisível, visto que essas tarefas eram atribuídas quase exclusivamente às mulheres, como se fossem uma extensão de suas características "naturais".

A denúncia desse cenário desencadeou uma dupla dimensão de crítica: em primeiro lugar, a conscientização de que as mulheres estavam saturadas com essas obrigações representou a expressão consagrada de uma prática que deveria ser reconhecida como o trabalho de cuidado, relegado às mulheres como se fosse naturalmente de sua responsabilidade; em segundo lugar, havia a crítica de que esse trabalho não estava sendo devidamente valorizado nem reconhecido pela sociedade em geral (Hirata & Kergoat, 2008).

Gradualmente, as análises começaram a considerar o trabalho doméstico e de cuidado como atividades laborais legítimas, tão significativas quanto o trabalho profissional, o que permitiu a contemplação simultânea das atividades desempenhadas no âmbito doméstico e no âmbito profissional. Esse desenvolvimento abriu o caminho para a formulação do conceito de divisão sexual do trabalho. Inicialmente, a divisão sexual do trabalho foi concebida como uma articulação entre duas esferas distintas, porém, essa noção de articulação logo se revelou insuficiente, levando-nos a avançar para um segundo nível de análise, aprofundando o entendimento dessa relação social recorrente entre os grupos de homens e mulheres.

No contexto francês, essa teorização tornou-se inseparável do conceito de divisão sexual do trabalho (Hirata & Kergoat, 2008). Essa nova abordagem para compreender o trabalho teve importantes implicações. Com o desaparecimento gradual da família como entidade natural e sua emergência como local primordial de atividade laboral, a esfera do trabalho assalariado, anteriormente centrada na produção e na figura do trabalhador masculino qualificado e branco, também se transformou. Nesse processo, o trabalho de cuidado, ainda majoritariamente realizado por mulheres, passou a ser reconhecido como essencial não apenas para a reprodução social, mas também para a sustentação da força de trabalho, ligando-se de maneira intrínseca à organização do trabalho assalariado.

Sorj (2013) também expõe essa virada paradigmática proporcionada pelo movimento feminista, que focalizou suas críticas na chamada "doutrina das esferas separadas", descrita por Okin (1989) como a ideia da separação entre as esferas da casa e do trabalho, em associação às características desejadas para mulheres e homens na sociedade. No âmbito do trabalho remunerado, percebido como uma arena de competição, racionalidade e realização, predominava a associação com o gênero masculino, visto que, historicamente, eram principalmente os homens que ocupavam esse espaço. Por outro lado, a esfera doméstica, representada por valores como refúgio do mercado, santuário da pureza, altruísmo e cuidados com os outros, era predominantemente vinculada às mulheres. Essa divisão não apenas atribui às mulheres a responsabilidade pelo trabalho de cuidado, mas

também reforça sua invisibilidade, já que esse trabalho é frequentemente romantizado como uma expressão de amor, e não reconhecido como atividade laboral.

A noção das "esferas separadas" buscava ser uma interpretação da estrutura social ao mesmo tempo em que servia como uma prescrição moral sobre a divisão sexual do trabalho considerada desejável, pois era vista como funcional para a reprodução ou equilíbrio do sistema social como um todo (Sorj, 2013). Esse movimento também deu origem a um questionamento profundo da sociologia da família e do paradigma funcionalista. No âmbito da sociologia do trabalho, essas reflexões permitiram a reavaliação de noções e conceitos, como qualificação, produtividade e mobilidade social, abrindo novas áreas de pesquisa, incluindo as relações de serviço, o trabalho de cuidado, os locais de trabalho mistos, o acesso das mulheres a profissões intelectuais de nível superior, a temporalidade de gênero, entre outros (Hirata & Kergoat, 2008).

Entretanto, ao mesmo tempo em que essa construção teórica se desenvolvia, a força subversiva do conceito de divisão sexual do trabalho começou a declinar. Atualmente, o termo é amplamente utilizado no discurso acadêmico das ciências humanas, em particular na sociologia. No entanto, em sua maioria, ainda carece de uma conotação conceitual precisa e é frequentemente usado apenas para descrever fatos e evidenciar desigualdades, sem proporcionar uma organização coerente desses dados. O trabalho doméstico e de cuidado, que já foi objeto de inúmeras investigações, passou a ser estudado de forma muito limitada, geralmente sendo mencionado apenas em termos de "dupla jornada", "acúmulo de tarefas" ou "conciliação de responsabilidades", como se fosse apenas um complemento do trabalho assalariado (Hirata & Kergoat, 2008).

Para ultrapassar essa limitação, é essencial vincular a discussão conceitual e analítica à definição do termo divisão sexual do trabalho, que em Hirata & Kergoat (2008) refere-se à maneira como as responsabilidades laborais são distribuídas na sociedade com base nas diferenças de gênero. Nesse contexto, o trabalho de cuidado aparece como a expressão mais evidente dessa divisão, sendo prioritariamente atribuído às mulheres e encapsulando tanto o princípio de separação — que segrega funções por gênero — quanto o princípio hierárquico, que desvaloriza o trabalho feminino.

Análise de Dados e Conexões Teóricas

Nesta seção, utilizaremos os dados do suplemento Outras Formas de Trabalho da PNAD Contínua 2019, que aborda atividades não remuneradas realizadas pela população, como afazeres domésticos, cuidado de pessoas (crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais), produção para o próprio consumo e trabalho voluntário.

Essas atividades não são contempladas em outros módulos da PNAD, mas desempenham papel crucial para a análise da reprodução social e no funcionamento das dinâmicas familiares e comunitárias.

O trabalho de cuidado, em particular, se insere de forma central nesta análise, pois representa um aspecto fundamental da divisão sexual do trabalho. Ao longo dessa seção, os dados coletados serão conectados teoricamente aos conceitos desenvolvidos por Hirata e Kergoat (2008), que discutem a divisão sexual do trabalho como um sistema estrutural que atribui responsabilidades desiguais entre homens e mulheres, com ênfase nas desigualdades que surgem a partir dessas atribuições. A análise mostrará como, apesar de muitas dessas tarefas não serem remuneradas, elas constituem a base da organização social e econômica das sociedades, perpetuando as hierarquias de gênero, raça e classe.

A partir dessa perspectiva, será possível observar como a realização dessas atividades está imbuída de um caráter de separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, e como, por meio da interseção dessas esferas com o gênero e a classe social, as mulheres são historicamente incumbidas de tarefas de cuidado, frequentemente invisibilizadas e desvalorizadas.

1. Disparidade de tempo dedicado aos cuidados e afazeres domésticos por gênero

Em 2019, mulheres dedicaram, em média, 21,4 horas semanais a afazeres domésticos e cuidados de pessoas, enquanto os homens dedicaram 11,0 horas. Além disso, essa diferença entre homens e mulheres aumentou de 9,9 horas em 2016 para 10,4 horas em 2019 (PNAD, 2019). Hirata e Kergoat (2008) descrevem o princípio de separação como central para a divisão sexual do trabalho, onde as tarefas são segregadas com base no gênero. Essa segregação coloca o trabalho doméstico e de cuidado como "natural" para as mulheres, uma narrativa que legitima e perpetua essa desigualdade. O aumento da diferença ao longo do tempo reflete a resistência das estruturas sociais em modificar a divisão do trabalho, mesmo em contextos de transformações econômicas e culturais.

2. Taxas de realização de cuidados e destinatários principais

Entre os indivíduos que realizavam cuidado, 36,8% eram mulheres e 25,9% homens. Crianças de 0 a 14 anos foram os principais destinatários, com mulheres liderando no auxílio a cuidados pessoais e educacionais (85,6% e 72,0%, respectivamente) (PNAD, 2019). O princípio hierárquico é evidente nesse contexto, onde as tarefas associadas à reprodução social — mesmo sendo indispensáveis para o bem-estar coletivo — são consideradas menos valiosas do que as tarefas produtivas realizadas por homens. Hirata e

Kergoat (2008) apontam que essa hierarquia é fundamental para sustentar a ordem social, legitimando a desigualdade como parte da organização "natural" do trabalho.

3. Diferenças regionais e impacto no mercado de trabalho

Na região Nordeste, mulheres ocupadas dedicavam 9,1 horas semanais a mais ao cuidado do que homens ocupados, enquanto no Sudeste a diferença entre mulheres e homens não ocupados chegou a 12,8 horas. Mulheres que realizavam cuidados tinham sua carga laboral remunerada reduzida em até 3 horas semanais, enquanto a carga dos homens aumentava ligeiramente (0,4 horas) (PNAD, 2019). A separação das esferas produtiva e reprodutiva, analisada por Sorj (2013), é reforçada por essas diferenças regionais, onde o trabalho de cuidado atua como um limitador direto da participação feminina no mercado de trabalho. Hirata e Kergoat (2008) destacam que essa dinâmica não é apenas um reflexo de práticas culturais, mas também um pilar estrutural que sustenta o modelo econômico, reduzindo os custos sociais da reprodução ao desvalorizar o trabalho feminino.

4. Impacto do recorte racial no trabalho de cuidado

Mulheres pretas e pardas realizaram cuidado em proporções significativamente maiores (40%) do que mulheres brancas (33,5%) (PNAD, 2019). A interseccionalidade entre raça e gênero se manifesta tanto na esfera reprodutiva quanto na produtiva, onde mulheres negras enfrentam condições mais precarizadas. A teoria de Hirata e Kergoat (2008) reconhece que a divisão sexual do trabalho é modulada por outros marcadores sociais, como raça. A maior taxa de realização de cuidados entre mulheres negras reflete como as hierarquias raciais e de classe reforçam a exploração desse grupo, naturalizando sua presença em funções menos valorizadas tanto na esfera doméstica quanto na assalariada. Esse dado também dialoga com o conceito de consubstancialidade, onde as opressões de gênero, classe e raça operam simultaneamente para estruturar desigualdades.

5. Papel dos homens no trabalho de cuidado e afazeres domésticos

Homens que realizavam cuidados ou afazeres domésticos experimentaram um pequeno aumento em sua jornada de trabalho remunerado (0,4 horas semanais) (PNAD, 2019), contrastando com a redução significativa na carga laboral das mulheres. Esse dado evidencia a perpetuação do princípio hierárquico, onde mesmo quando os homens participam da esfera reprodutiva, suas responsabilidades produtivas não são

comprometidas. Hirata e Kergoat (2008) destacam que essa dinâmica beneficia os homens ao garantir que a esfera produtiva permaneça prioritária, enquanto as mulheres sofrem o impacto direto da conciliação entre as duas esferas.

Conectando Teoria, Dados e Caminhos para Novas Pesquisas

Ao longo deste texto, exploramos como a divisão sexual do trabalho se articula com as dimensões de classe, gênero e raça, com base em uma análise teórica crítica e dados empíricos extraídos da PNAD Contínua 2019. Superando a abordagem determinista de classe e nos filiando a uma abordagem vinculada ao conceito de consubstancialidade, tentamos reafirmar nossa compreensão mais abrangente das relações sociais. Nesse modelo, classe, gênero e raça não são entidades separadas, mas sim dimensões interligadas que operam simultaneamente na formação das desigualdades. Essa perspectiva teórica é fundamental para entender como o trabalho do cuidado e doméstico, embora essencial para a reprodução da vida social e econômica, continua a ser uma responsabilidade majoritariamente atribuída às mulheres, particularmente às mulheres negras e de classe baixa.

Os dados apresentados mostram de forma inequívoca a sobrecarga que as mulheres enfrentam, dedicando em média 21,4 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidado, contra 11,0 horas dedicadas pelos homens (PNAD, 2019). Essa diferença, que aumentou ao longo dos anos, reflete uma continuidade do princípio de separação na divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são sobrecarregadas com tarefas de cuidado e afazeres domésticos, enquanto os homens permanecem mais ligados à esfera produtiva. No entanto, como apontado por Sorj (2013), essa separação é funcional para a manutenção de um sistema social e econômico desigual, onde as atividades femininas são desvalorizadas, mesmo sendo vitais para o funcionamento da sociedade. A teoria de Hirata e Kergoat (2008) também nos ajuda a entender que a hierarquia entre os trabalhos reprodutivos e produtivos perpetua uma relação de poder onde os homens, ao ocuparem as funções mais prestigiadas e remuneradas, continuam a ter acesso a maiores recursos e reconhecimento social.

Além disso, a interseccionalidade entre gênero, classe e raça é clara nos dados apresentados. Mulheres negras e pardas estão desproporcionalmente representadas nas tarefas de cuidado, com uma taxa de participação significativamente maior do que as mulheres brancas, evidenciando como a desigualdade de classe e raça intensifica a carga de trabalho das mulheres. Esses dados corroboram a análise de Hirata e Kergoat (2008) sobre como as desigualdades não podem ser explicadas por uma única variável, mas

devem ser compreendidas como um sistema interligado e consubstancial de opressões.

Ao analisarmos os dados da PNAD Contínua de 2019 visualizamos que a divisão sexual do trabalho não é uma questão simples de desigualdade entre as esferas produtiva e reprodutiva, mas sim um fenômeno complexo que está entrelaçado com a organização social em seu conjunto. O trabalho do cuidado, embora invisibilizado, se torna um pilar estruturante dessa divisão, refletindo as desigualdades que sustentam as relações de gênero, classe e raça.

Como um texto de reflexão e exercício teórico e analítico, vislumbramos aprofundar a análise da mobilidade social e a redistribuição do trabalho do cuidado, observando como as políticas públicas podem afetar essas dinâmicas e promover uma maior equidade. Além disso, estudos que explorem a valorização do trabalho de cuidado (tanto remunerado quanto não remunerado) poderiam fornecer subsídios importantes para a formulação de políticas que reconheçam a importância dessas atividades para o bem-estar social e econômico. Também seria interessante investigar como as mudanças nas configurações familiares e no mercado de trabalho, como o aumento da participação feminina nas profissões intelectuais, impactam a divisão do trabalho de cuidado, considerando uma perspectiva interseccional.

Este artigo destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente para a compreensão das desigualdades estruturais no Brasil, sugerindo que qualquer análise do trabalho de cuidado deve ser feita levando em conta não apenas o gênero, mas também a classe e a raça. O trabalho do cuidado, ainda central para a vida social, permanece um espaço de desigualdade que exige novas formas de valorização e redistribuição.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Javali, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento do Gosto**. Tradução de Mário A. de Almeida. São Paulo: Edusp, 1984. (Original em francês: *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*).

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, pp. 329-376, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Outras Formas de Trabalho, 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: [17/11/2024]

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Agência IBGE Notícias, 2019. Disponível

em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: [15/11/2024].

CARNEIRO, Sueli. Poder, saber e subjetivação. In: CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade – A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023, pp. 25-59.

CONNELL, R. W. **Masculinidades**. Tradução de Sérgio Oliveira. Porto Alegre: Artmed, 2005. (Original em inglês: Masculinities).

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, A.O.; SANSONE, L., orgs. **Raça: novas perspectivas antropológicas** [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 63-82.

HASENBALG, Carlos. Estrutura de classes, estratificação e raça. In: HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005, pp. 96-128.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. IN: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo**. Novos estudos CEBRAP, n. 93, São Paulo, 2012, pp.45-58.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências**. Revista de Estudos Feministas, Ago 2008, vol.16, no.2, pp.333-357.

MIGUEL, Luis Felipe. **De que falam os marxistas quando falam em classes?** Mediações - Revista de Ciências Sociais, v. 3, n. 1, 1998.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando gênero**. Estudos Feministas, vol. 8, n.2, 2000.

SORJ, Bila. **Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v.43, número 149, maio/ago. 2013, pp. 478-491.

WEBER, Max. Classe, status e partido. In: VELHO, Otávio G. et al. **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, pp. 57-75.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. **O Nível Espiritual: Por Que a Igualdade é Melhor para Todos**. Tradução de Maria de Lourdes de Oliveira. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2010. (Original em inglês: The Spirit Level: Why Equality is Better for Everyone).

WRIGHT, Erik Olin. **O que é neo e o que é marxista na análise neomarxista de classe**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.12, 1983.